

Os bancos querem abrir negociações

por Paulo Sotero
de Washington

Muitos bancos credores da dívida brasileira parecem inclinados a condicionar a prorrogação das linhas de curto prazo da dívida externa à apresentação, pelo governo, de um plano de vôo que lhes permita saber, no mínimo, quando o País pretende abrir formalmente as negociações.

Outros, especialmente os regionais, estão determinados, nas palavras de um banqueiro do Estado de Maryland, "a pular fora". É isso, provavelmente, que o presidente do Banco Central (BC), Francisco Góes, ouvirá amanhã, quando se encontrar com os três co-presidentes do comitê de bancos credores do País, William R. Rhodes, do Citicorp, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, e David Drury, do Lloyds Bank inglês.

A pressão para que o governo abra negociações com os bancos recebeu ontem um forte reforço do jornal Washington Post, que, em seu editorial principal, aplaudiu a postura adotada pelos governos dos países industrializados de negar apoio ao País antes de o governo do presidente José Sarney adotar um programa que ponha a economia do País sob controle. "Sem isso, qualquer montante de ajuda financeira

externa não fará muita diferença", afirmou o Post.

Apresentando os progressos registrados nas negociações da dívida da Argentina, a perspectiva de efetivação de um empréstimo de US\$ 7,7 bilhões para o México e os acordos em princípio que o Chile e a Venezuela fizeram com seus credores, nas duas últimas semanas, como "respostas" à decisão do governo brasileiro de suspender os pagamentos da dívida, o Post afirma que em todos os países que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem visitado, "tentando convencê-los a interceder diretamente nas negociações com os bancos", "há grande simpatia pelo Brasil, mas nem tanta inclinação para incentivar o País a fugir de suas responsabilidades".

O Post, que nos últimos anos tem assumido posições simpáticas ao Brasil, desta vez critica o próprio presidente José Sarney. "O Brasil é uma democracia genuína, mas seu presidente fica tentando ganhar popularidade concedendo aumentos de salários que são fatalmente inflacionários. O ministro das Finanças da Inglaterra, Nigel Lawson, deu ao sr. Funaro uma incisiva e útil resposta."

Em primeiro lugar, ele disse, o Brasil tem de comprometer-se com uma política econômica com

chances de colocar a economia doméstica sob controle. Sem isso, nenhuma quantia de ajuda financeira estrangeira poderá fazer muita diferença. Com a adoção de um programa econômico, a ajuda virá, como sugere o caso da Argentina. Mas o Brasil tem de agir antes de buscar a ajuda de seus amigos."

O objetivo principal desse primeiro encontro do novo presidente do BC com os representantes da comunidade financeira internacional é tratar da extensão do acordo precário que, desde o ano passado, rege as relações do Brasil com seus credores.

O acordo, que foi negociado em janeiro do ano passado pelo então presidente do BC, Fernão Bracher, e assinado em julho último, expira no próximo dia 31. Embora sua prorrogação seja geralmente considerada como algo assegurado por antecipação mesmo por alguns credores — "a hipótese contrária, de não renovação, não interessa a ninguém, pois provocaria uma escalada de ações hostis de parte a parte", observou uma fonte financeira —, ela fornecerá a primeira oportunidade desde a suspensão do pagamento dos juros, para que os credores testem o governo brasileiro, e vice-versa.

Os bancos querem abrir negociações

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

Em muitos bancos existe uma mal disfarçada expectativa de que o ministro Dilson Funaro, que retorna de sua volta ao mundo aparentemente de mãos vazias e, calculam eles, politicamente enfraquecido, saia de cena. Isso, estimam eles, abriria espaço para recolocar as relações entre o País e seus credores nos trilhos tradicionais. Há, contudo, banqueiros que já se preparam para um impasse de meses com o Brasil, com ou sem Funaro.

Sobre as chances de renovação do acordo em vigor, há unanimidade entre os bancos de que, como diz um executivo de um banco texano, "na melhor das hipóteses, será muito difícil".

"Não se esqueça de que, mesmo quando a economia do Brasil estava indo bem, no primeiro semestre do ano passado, alguns bancos resistiram em renovar suas linhas de curto prazo. E outros aceitaram fazê-lo mas sem assumir um compromisso formal nesse sentido", disse uma fonte financeira próxima ao comitê de bancos.

"Com a suspensão dos pagamentos de juros da dívida de longo prazo e, mais ainda, a tentativa do governo de congelar as linhas de curto prazo, o Brasil alienou muitos bancos. Vai ser muito difícil convencer um banco, nas atuais circunstâncias, a assinar um contrato comprometendo-se a renovar as linhas de curto prazo. E alguns poderão, até mesmo, resistir em renovar o longo prazo", acrescentou a fonte.

O acordo que expira no final deste mês vencia, originalmente, em meados de janeiro, mas foi prorrogado em dezembro último. "A prorrogação foi feita

porque o Bracher nos disse que o Brasil faria uma proposta de renegociação no primeiro trimestre. Mas não foi isso que aconteceu. Em lugar disso, o governo brasileiro adotou uma medida unilateral e suspendeu os pagamentos de juros", afirmou um alto executivo de um dos grandes bancos americanos. "Naturalmente, antes de aceitar uma nova prorrogação, os bancos quererão saber para que ela servirá."

Garantir o curto prazo é, segundo fontes oficiais e bancárias, o objetivo imediato do presidente do Banco Central (BC). Além de seu encontro com os três co-presidentes do comitê de bancos, ele deverá ter reuniões separadas com executivos do Chase Manhattan e do Bankers Trust, os bancos que administram as linhas de crédito comercial (cerca de US\$ 10 bilhões) e interbancário (cerca de US\$ 5 bilhões), respectivamente.

Gros deve regressar ao Brasil na própria quarta-feira e retornar aos EUA na semana seguinte para um novo encontro com os banqueiros. Esse segundo encontro poderá ocorrer tanto em Nova York quanto em Miami, onde o presidente do BC estará, a partir do próximo dia 22, para participar da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), juntamente com o ministro do Planejamento, João Sayad.